

ORÇAMENTO

Pelo PLDO, piso salarial pode ter um salto de 6,37% em relação ao valor que vigora atualmente, de R\$ 1.412. Impacto sobre a Previdência ultrapassa os R\$ 34 bilhões

Proposta de mínimo do próximo ano é R\$ 1.502

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, apresentado ontem e enviado ao Congresso, propõe um novo valor para o salário mínimo, para 2025, de R\$ 1.502 — significa um aumento de 6,37% em relação ao valor em vigor, de R\$ 1.412. Além disso, prevê correção acima da regra do piso a ser pago aos trabalhadores. Deverá chegar a R\$ 1.772, em 2028, pelas estimativas da equipe econômica do governo federal.

Considerando os parâmetros estimados pelo Poder Executivo — que prevê alta de 3,25% no INPC este ano e conjuga com a alta de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 —, a correção do mínimo deveria ser de 6,15%. Porém, o impacto do piso salarial não é isolado, pois faz as despesas com a Previdência Social crescerem.

Ou seja: a cada R\$ 1 acrescentado ao mínimo, os gastos com aposentadorias e benefícios assistenciais sobem R\$ 391,8 milhões. Descontando os R\$ 6,4 milhões em novas receitas, o impacto aos cofres da União fica em R\$ 385,5 milhões. Representa que o reajuste de R\$ 90 no piso para 2025 significará R\$ 34,7 bilhões a mais em despesas



O ganho real do salário mínimo é impacto direto no aumento do déficit previdenciário, mas o problema do PLDO não é esse. O problema é o governo 'torcer' que ocorrerá redução de subsídios, rediscussão dos benefícios, impacto de fiscalização no aumento da receita para conseguir equilibrar as contas e cumprir a meta fiscal"

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos

previdenciárias para o ano que vem.

“O ganho real do salário mínimo é impacto direto no aumento do déficit previdenciário, mas o problema do PLDO não é esse. O problema é o governo ‘torcer’ que ocorrerá redução de subsídios, rediscussão dos benefícios, impacto de fiscalização no aumento da receita para conseguir equilibrar as contas e cumprir a meta fiscal. É tudo muito incerto”, criticou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

A grade de parâmetros macroeconômicos do PLDO de 2025 prevê alta do PIB de 2025

em 2,8%, desacelerando nos anos seguintes. A equipe econômica estima um avanço de 2,58% no PIB, em 2026, e de 2,62%, em 2027. Para 2028, a expectativa é de expansão de 2,51%. Enquanto isso, a mediana das estimativas coletadas pelo Banco Central (BC), e publicadas no boletim Focus, está em 1,90% para 2025 e, depois, de 1,9% nos anos seguintes.

O PLDO prevê que a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 3,10%, em 2025, e passe para 3% em 2026, 2027 e 2028. No caso do INPC, calcula-se que

apresentará alta de 3% nos quatro anos seguintes.

A projeção para a taxa básica de juros da economia (Selic), na média dos contratos dos agentes financeiros, ficou em 8,05% ao ano, em 2025, e em torno de 7%, nos anos seguintes. No Focus, a mediana do mercado prevê que esteja em 9%, neste ano, e em 8,5%, nos anos seguintes. (Confira esses dados no quadro da página 2)

Servidores

Durante a apresentação do PLDO de 2025, o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, adiantou que haverá espaço fiscal para o reajuste dos servidores — despesa essa, porém, que ainda não está muito clara no Orçamento de 2025.

Bijos não estimou qual é o tamanho dessa futura despesa, pois isso será definido somente com o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, no fim de agosto. “As negociações continuam em curso, e o que consta é um agregado para a questão dos reajustes, que seria anunciada pelo MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)”, disse o secretário.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Confronto entre Irã e Israel escala a guerra de Gaza

É iminente uma escalada do conflito no Oriente Médio, em razão do confronto direto entre Israel e o Irã, que pode ter desdobramentos como a alta do petróleo e uma nova invasão do Líbano, e/ou uma guerra de proporções imprevisíveis entre os dois países. O Irã lançou seu primeiro ataque direto ao território israelense na noite de sábado, em retaliação ao ataque mortal ao consulado de Teerã em Damasco, na Síria, em 1º de abril, que atribui a Israel.

Muitos são os sinais de que um conflito maior do que o que de Gaza se avizinha: intensificam-se regiões os confrontos entre Israel e Hezbollah, no Líbano; sucedem-se ataques entre forças ocidentais e rebeldes houthi, no Iêmen, que se tornaram uma força militar não desprezível; e o Irã já opera no Iraque, na Síria e no Paquistão, não apenas por meio das milícias.

Entretanto, no ataque pré-anunciado do Irã a Israel, no qual foram disparados mais de 300 mísseis, foguetes e drones, houve uma inédita, efetiva e bem-sucedida coordenação militar entre os Estados Unidos e o Reino Unido com a Arábia Saudita, o Egito e a Jordânia, para abater os drones que cruzaram esses países árabes. Isso possibilitou a defesa de Israel neutralizar mais de 90% dos artefatos lançados contra seu território, com danos mínimos.

Tanto do ponto de vista militar como geopolítico, Israel levou a melhor, quando nada porque saiu do isolamento internacional em que estava, em razão do massacre de mulheres, crianças e idosos palestinos em Gaza. O confronto direto entre Israel e o Irã também expôs a divisão entre xiitas, tradicionalmente representados pelo Irã, e os sunitas, cujo eixo de gravidade é a Arábia Saudita.

A guerra de Gaza havia interrompido a aproximação entre a monarquia saudita e Israel, uma vez que o Hamas é uma organização sunita. O confronto direto de Irã e Israel, porém, promoveu uma reaproximação. De igual maneira, Egito e Jordânia, que têm tratados de paz com Israel, também colaboraram com a defesa israelense, o que nunca havia acontecido. O Irã havia demonstrado capacidade de intervenções diretas em janeiro deste ano, quando, em 72 horas, atacou alvos no Iraque, na Síria e no Paquistão.

Os EUA não querem uma escalada da crise no Oriente Médio, mas não podem largar a mão de Israel nem controlar o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, cuja política para sobreviver no cargo é uma espécie de quanto mais guerra, melhor. O presidente Joe Biden é pressionado por democratas, que querem a paz em Gaza, e pela oposição republicana. Disse a Netanyahu que se opõe a um contra-ataque israelense direto contra o Irã. Donald Trump, porém, acusou-o de frouxo.

Eixo de resistência

As ações do Irã contra uma suposta base de inteligência israelense no Iraque e a grupos islâmicos rivais, na Síria e no Paquistão, desenham a área de influência que o regime de Teerã pretende manter no Oriente Médio. Para isso, financia o que denomina de “Eixo de resistência”, formado pelos seguintes grupos: Hezbollah, no Líbano; milícias xiitas no Iraque, no Afeganistão e no Paquistão; rebeldes houthi, no Iêmen; o Hamas e outras milícias nos territórios palestinos. Todos os grupos recebem apoio logístico, político, financeiro e armas, muitas armas, do Irã.

Essas alianças foram tecidas contra os EUA após a revolução iraniana de 1979. O objetivo principal, hoje, é impedir a normalização das relações dos demais países árabes com Israel. Para muitos analistas, a causa do brutal ataque terrorista do Hamas ao território de Israel, em 7 de outubro de 2023, foi a aproximação entre o governo de extrema direita de Netanyahu e a monarquia absolutista saudita.

Os fundamentos da revolução iraniana, um Estado teológico com um regime parlamentarista, são vistos como uma ameaça pelos países árabes com monarquias cujo poder é ameaçado por essas alianças xiitas. Cultural e etnicamente, o Irã é a Pérsia, uma das nações mais antigas do mundo. Tem fronteiras ao norte com Armênia, Azerbaijão e Turcomenistão, e com o Cazaquistão e a Rússia pelo Mar Cáspio; a leste, com o Afeganistão e Paquistão; ao sul com o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã; a oeste com o Iraque; e a noroeste com a Turquia. Segundo maior país do Oriente Médio, tem 1,648 milhão de km² e 77 milhões de habitantes.

No “grande jogo” entre as potências, com os EUA e o Reino Unido, de um lado, e a Rússia e a China, de outro, o Irã é uma peça importante do xadrez geopolítico, pois liga o centro, o sul e o oeste da Ásia. Tem um papel estratégico na segurança energética de muitos países e na economia mundial, devido à maior oferta de gás natural do mundo e à quarta maior reserva comprovada de petróleo.

A China havia promovido um acordo entre o Irã e a Arábia Saudita, que realizou muitas ações nos últimos anos para se estabelecer como líder no mundo árabe, ocupando o lugar do Egito. Os Emirados Árabes Unidos ou o Catar, que se destacaram como polos de poder financeiro graças ao petróleo, inspiraram o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que assumiu o poder em 2017, a buscar mais protagonismo, com apoio do governo Trump. Hoje, a Arábia Saudita lidera a Liga Árabe, uma organização de 22 países.

DÍVIDAS DOS ESTADOS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Presidente do Congresso tenta obter uma proposta dos governadores que possa servir de base para as negociações com o Ministério da Fazenda

Pacheco faz ponte em busca de solução

» ÂNDREA MALCHER

Ao encontrar-se, ontem, com um grupo de governadores, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tornou-se uma ponte entre eles e o Ministério da Fazenda, a fim de buscar uma solução para as dívidas das unidades da Federação com a União. Conforme frisou, o objetivo é apresentar uma proposta “que englobe todas as alternativas e estabeleça um programa real e sustentável para o pagamento efetivo das dívidas” ainda este mês.

“São inúmeras ideias que estão sendo discutidas nesse momento, que envolvem a possibilidade de federalização de empresas, do pagamento dessa dívida amortizando-a com recebíveis, com créditos de ações judiciais ou com créditos de dívidas ativas dos estados. Também a redução do indexador, pois como está avoluma muito a dívida”, salientou Pacheco.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando

Haddad, se comprometeu a remeter ao Congresso um projeto de lei complementar com uma proposta de renegociação. Deve fazê-lo assim que retornar da viagem aos Estados Unidos, onde participará de uma reunião do G20 — grupo das maiores economias mundiais. Da parte do governo federal, a meta é fechar um acordo ainda em abril.

Pacheco encontrou-se com os representantes do Consórcio Integrado dos Estados do Sul e do Sudeste (Cosud), além do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União). Entre as unidades da Federação e a Fazenda, há pelo menos um consenso: a necessidade de reduzir o indexador da dívida. Atualmente, a correção é feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) e mais 4% de juros.

Ponto comum

Segundo Caiado, há a concordância de que a correção pelo IPCA seja mantida, mais com acréscimo de apenas 1% de

R\$ 740 BILHÕES

é o saldo da dívida de longo prazo de 23 unidades da Federação. Quase todo o montante é de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul

juros. “O parcelamento chega a percentuais que não se tem como investir em infraestrutura. Os estados estão engessados devido a essas correções que chegam a níveis estratosféricos. Se o estado não cresce, o Brasil também vai ficar bloqueado, garroteado com a falta de capacidade dos estados”, explicou Caiado.

Das 27 unidades da Federação, 23 têm dívidas de longo prazo. O saldo devedor acumulado alcança R\$ 740 bilhões. Apenas

quatro estados que integram o Cosud — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais — somam R\$ 660 bilhões do total — 90% do estoque da dívida. A Fazenda apresentou ao consórcio, no fim de março, uma proposta de trocar a ampliação das matrículas no ensino médio técnico pela redução dos juros da dívida.

“Há a sugestão dos governadores para que se amplie o rol de contrapartidas. Não só para investimentos na educação, sobretudo no ensino profissionalizante, mas em investimentos em infraestrutura. A solução para os estados acaba sendo também uma solução nacional”, salientou Pacheco.

Para Caiado, a segurança pública poderia ser incluída nesse rol de compensações. “Não somos responsáveis por comercialização de armas, drogas, lavagem de dinheiro. Tudo isso é crime federal e não temos nenhuma contrapartida em relação ao que fazemos”, argumentou o governador.